



Transporte coletivo

A Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho assinou TAC para lançar edital de reestruturação do transporte coletivo regular e regulamentar. **Pág. 3**

Conselhos Tutelares

Prefeitura de Igarassu assinou Ajustamento de Conduta comprometendo-se a regularizar infraestrutura dos Conselhos Tutelares na cidade. **Pág. 4**

Contrato temporário

MPPE recomenda à Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes que rescinda dentro de 60 dias contratos temporários e nomeie concursados para vagas. **Pág. 5**

De olho nas eleições

Atento às eleições, o MPPE recomendou a agentes públicos e ordenadores de despesas de Belo Jardim sobre gastos com propaganda eleitoral. **Pág. 6**



Ex-vereadores punidos

A pedido do MPPE, o Tribunal de Justiça condenou 9 ex-vereadores de Ipojuca à suspensão dos direitos políticos por 3 anos e perda de função pública. **Pág. 6**

Ex-vereador condenado

O Tribunal do Júri de Arcoverde acolheu tese do MPPE e condenou ex-vereador de Ibimirim a 16 anos de reclusão pela prática de homicídio. **Pág. 7**

Pré-RAEs reúnem promotores das 14 Circunscrições em todo o Estado

Com seu Gabinete Itinerante, o procurador-geral de Justiça Carlos Guerra de Holanda recebeu demandas dos membros, expôs medidas administrativas e conduziu reuniões Pré-RAEs, do cais ao Sertão



Foto: AMCS

Carlos Guerra com seu Gabinete Itinerante e promotores de Justiça reunidos em Garanhuns

Com uma programação de viagens de quase 3,5 mil Km, iniciada no dia 21 de março e encerrada em 15 de abril, o procurador-geral de Justiça Carlos Guerra de Holanda percorreu as sedes das 14 Circunscrições Ministeriais em todo o Estado com seu Gabinete Itinerante. A cada encontro com os promotores de Justiça das respectivas Circunscrições, o chefe do MPPE ouviu as demandas apresentadas pelos coordenadores de Circunscrição, que já foram encaminhadas aos órgãos da Administração Superior para apreciação, e expôs questões administrativas em andamento. Já na condição

de coordenador do Planejamento Estratégico 2013-2016, conduziu em cada Circunscrição as reuniões preparatórias para a 9ª Reunião de Avaliação da Estratégia (Pré-RAEs).

Durante as reuniões Pré-RAEs, Carlos Guerra acompanhou com os promotores de Justiça de cada região o monitoramento dos projetos finalísticos que receberam adesão nas respectivas Circunscrições e informou seus indicadores de atividade-fim. O procurador-geral começou a levar as Pré-RAEs às 14 Circunscrições no dia 21 de março quando realizou um encontro na sede da 8ª (Cabo de Santo Agosti-

nho). No dia 23 houve reuniões na 9ª Circunscrição (Olinda) e na 12ª (Vitória de Santo Antão). Em 28 de março foi a vez da 11ª (Limoeiro) e dia 1º de abril da 10ª (Nazaré da Mata).

Em seguida, vieram as Circunscrições de Afogados da Ingazeira (3ª), Serra Talhada (14ª), Salgueiro (1ª) e Petrolina (2ª), dias 4, 5, 6 e 7 de abril, respectivamente. Dia 11 foi a vez da 4ª (Arcoverde) e dia 12 na 5ª (Garanhuns). Já nos dias 14 e 15 foram realizadas reuniões nas 7ª e 6ª Circunscrições (Palmares e Caruaru, respectivamente), encerrando o ciclo de pré-RAEs.



Portal da Transparência

Prefeitura de Cabrobó deve cumprir Lei de Acesso à Informação. **Pág. 3**



Acessibilidade

Prefeitura de Itapetim deve impedir ocupação irregular de calçadas. **Pág. 7**

EDITORIAL

Com o pé na estrada

O procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra de Holanda, cumpriu uma maratona de viagens por todo o Estado, levando o Gabinete Itinerante ao encontro dos promotores de Justiça que atuam na Região Metropolitana do Recife e no Interior. Do caos ao Sertão. Foram cerca de 3,5 mil quilômetros percorridos e muitas horas de reuniões preparatórias para a 9ª Reunião de Avaliação da Estratégia (Pré-RAEs). Na condição de coordenador do Planejamento Estratégico 2013-2016, o chefe do Ministério Público de Pernambuco acompanhou com os promotores de Justiça de cada uma das 14 Circunscrições Ministeriais o andamento dos projetos finalísticos que receberam adesão nas respectivas regiões e informou os indicadores da atividade-fim.

Já por meio do Gabinete Itinerante, Carlos Guerra ouviu as demandas dos promotores de Justiça de todas as regiões e expôs questões administrativas em andamento na Instituição, além de discutir sobre a criação do Comitê de Segurança Institucional, a questão das entrâncias e as dificuldades orçamentárias que levaram a Instituição a adotar medidas de contenção de despesas.

Todo esse esforço dispendido por Carlos Guerra e integrantes de seu Gabinete foi reconhecido pelos promotores a cada encontro. Dessa forma, o procurador-geral de Justiça se mostra mais próximo daqueles que atuam nas mais distantes comarcas. Tenham todos uma boa leitura!

A Redação

PRÉ-RAES

Promotores do Sertão reunidos

Em uma viagem de cinco dias seguidos e 1,6 mil Km percorridos, o procurador-geral de Justiça Carlos Guerra de Holanda, levou seu Gabinete Itinerante a quatro municípios do Sertão para coordenar as reuniões preparatórias para a 9ª Reunião de Avaliação da Estratégia (Pré-RAEs), ouvir demandas administrativas de cada Circunscrição, que serão encaminhadas aos órgãos da Administração Superior para apreciação, e expor questões administrativas em andamento. Ao longo desse período, o chefe do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) esteve reunidos com promotores de Justiça das seguintes Circunscrições: 3ª (sediada em Afogados da Ingazeira), 14ª (Serra Talhada), 1ª (Salgueiro) e 2ª (Petro-

linha). Em cada encontro e na condição de coordenador do Planejamento Estratégico 2013-2016, Carlos Guerra acompanhou com os promotores o monitoramento dos projetos finalísticos que estão rodando o Estado e informou os indicadores da atividade-fim do MPPE nas respectivas Circunscrições. O projeto Lixo, quem se lixa? conta com adesão de 123 dos 184 municípios pernambucanos, enquanto o Pacto dos Municípios pela Segurança recebeu 64 adesões em nove das 14 Circunscrições. Também falou sobre a criação do Comitê de Segurança Institucional, a questão das entrâncias e as dificuldades orçamentárias que levaram o MPPE a adotar medidas de contenção de despesas, com base nos Relatórios de Custos, que nortearão cada Promotoria sobre a

racionalização de seus custos.

Os coordenadores de Circunscrição elogiaram a iniciativa do procurador-geral de Justiça de levar seu Gabinete Itinerante para conversar de perto com os promotores de Justiça que atuam no interior e se ressentiam dessa proximidade com a Procuradoria-Geral. Nessas viagens, o procurador-geral se fez acompanhar da secretária-executiva do Gabinete, Nadi Chaves; do coordenador da Assessoria de Segurança Institucional, Dennys Lima; a coordenadora e do gerente de Programas e Projetos da Assessoria Ministerial de Planejamento e Estratégia Organizacional (Ampeo), Sueli Nascimento e Arnaldo Moreira Neto, respectivamente, além de integrantes da Assessoria de Comunicação Social.



Carlos Guerra reunido com promotores de Justiça em Afogados da Ingazeira, durante a Pré-RAE

EXPEDIENTE

JORNAL PANORAMA
Recife, 15 a 30 de Abril de 2016

Nº 75 – Circulação quinzenal – Distribuição gratuita

Ministério Público de Pernambuco – Procurador-geral de Justiça Carlos Augusto Aruda Guerra de Holanda / **Subprocurador-geral em Assuntos Institucionais** Fernando Barros de Lima / **Subprocuradora-geral em**

Assuntos Administrativos Lais Coelho Teixeira Cavalcanti / **Subprocurador-geral em Assuntos Jurídicos** Clénio Valença Avelino de Andrade / **Corregedor-geral** Renato da Silva Filho / **Corregedor-geral substituto** Paulo Roberto Lapenda Figueiredo / **Ouvidor-geral** Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti / **Secretário-geral** Aguinaldo Fenelon de Barros / **Secretário-geral adjunto** Valdir Francisco de Oliveira / **Chefe de gabinete** José Bispo de Melo / **Coordenador de Gabinete** Petrucio Luna de Aquino / **Assessor**

Ministerial de Comunicação Social Jaques Cerqueira / **Jornalistas** Alana Moreira, Bruno Bastos, Giselly Veras, Isa Maria, Izabella Cavalcanti e Miguel Rios / **Publicidade** Andréa Corradini e Leonardo MR Dourado / **Relações Públicas** Evângela Andrade / **Estagiários** Geise Araújo, Igor Souza, Vinicius Maranhão e Luiza Ribeiro (Jornalismo) e Maria Eduarda Rocha (Publicidade) / **Apoio Administrativo** Bruna Vieira e Marli Cruz / **Repórter fotográfico** Thiago Aquino / **Apoio** Marcos Cesar / **JORNAL**

PANORAMA - Edição Jaques Cerqueira / **Projeto Gráfico** Leonardo MR Dourado / **Diagramação** Aluísio Ricardo / **Produção Executiva** Evângela Andrade / **Fotos** Assessoria MPPE.

Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco – Rua do Imperador Dom Pedro II, 473 – Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyra – Santo Antônio, Recife, PE – CEP 50.010-240 – Fones (81) 3303 1259 / 1270 Fax (81) 3303 1260 – imprensa@mppe.mp.br

PRÉ-RAES

MPPE reúne promotores da Mata Sul

O procurador-geral Carlos Guerra de Holanda levou seu Gabinete Itinerante à sede da 7ª Circunscrição, sediada em Palmares, para ouvir as demandas dos promotores da Mata Sul do Estado e expor questões administrativas em andamento no Ministério Público de Pernambuco (MPPE), além de falar sobre a criação do Comitê de Segurança Institucional, a questão das entrâncias e as dificuldades orçamentárias que levaram a Instituição a adotar medidas de contenção de despesas. As demandas recebidas já foram encaminhadas aos órgãos da Administração Superior do MPPE para apreciação e providências.

Carlos Guerra aproveitou o encontro para entregar a cada uma das Promotorias de Justiça dos municípios da Mata Sul os Relatórios de Custos que contêm demonstrações das despesas das Promotorias ao longo dos períodos. O Relatório será mensal e norteará cada Promotoria sobre os seus custos, possibilitando uma tomada de decisões mais consciente por parte dos gestores a respeito dos gastos. Em um

segundo momento, o MPPE vai disponibilizar esses relatórios às demais unidades, inclusive com detalhamentos de cada setor.

Na condição de coordenador do Planejamento Estratégico do MPPE, Carlos Guerra também realizou em Palmares a reunião preparatória para a 9ª Reunião de Avaliação da Estratégia (Pré-RAE). Durante o encontro,

acompanhou com os promotores de Justiça da Região o monitoramento dos projetos finalísticos que estão rodando o Estado e informou os indicadores da atividade-fim da Instituição na 7ª Circunscrição. O projeto “Lixo, quem se lixa?” conta com adesão espontânea de 123 dos 184 municípios pernambucanos, enquanto o “Pacto dos Municí-

pios pela Segurança” recebeu 64 adesões em nove das 14 Circunscrições Ministeriais. Ao final da reunião, Carlos Guerra anunciou a realização de estudos para poder ampliar o quadro de estagiários de Direito, aumentando para um salário mínimo e meio o valor da bolsa desses estudantes.



Promotores de Justiça da Mata Sul se reúnem com Carlos Guerra na sede da 7ª Circunscrição, em Palmares

CABO DE SANTO AGOSTINHO

Transporte terá edital

O prefeito do Cabo de Santo Agostinho, Vado da Farmácia, se comprometeu perante o MPPE a lançar edital de transporte coletivo regular e complementar do município até 30 de abril de 2016. O comprometimento se deu através da assinatura do terceiro aditamento ao Termo de Ajustamento de Conduta que ampliou os prazos fixados na terceira cláusula do primeiro aditamento.

De acordo com a promotora Alice de Oliveira Morais, o prefeito deve realizar reformulação e reestruturação do sistema de transportes do município, estabelecendo o sistema de compensação financeira entre as linhas superavi-

tárias e deficitárias ou estabelecer processo licitatório por lotes, de tal sorte que uma linha deficitária seja outorgada sempre em conjunto com uma superavitária, de modo a garantir o equilíbrio do sistema e a continuidade da prestação dos serviços públicos de transportes, em todas as áreas do município.

Alice Morais relatou que existe um Inquérito Civil em andamento na Promotoria do Cabo, que tem por objeto apurar irregularidades nas concessões de linhas de transporte regular e complementar no município, bem como exigir a realização de licitação para concessão do serviço de transporte público.

CABROBÓ

Prefeitura sem portal

Por iniciativa do promotor Carlos Eugênio Quintas Lopes, o MPPE recomendou ao prefeito de Cabrobó, Auricélio Torres, que disponibilize no Portal da Transparência as informações públicas necessárias para atender ao disposto na Lei de Acesso à Informação. As medidas recomendadas pelo MPPE incluem inserir a página do Portal da Transparência na página oficial da prefeitura, através de atalho em destaque e de fácil acesso, e apresentar informações de forma simples e em linguagem acessível ao cidadão.

Segundo o promotor, um pro-

cedimento preparatório foi instaurado para apurar denúncias feitas pela Câmara Municipal sobre suposta negativa no fornecimento dessas informações.



Promotor Carlos Eugênio

PRÉ-RAES

Garanhuns recebe gabinete itinerante

Promotores do Agreste Meridional estiveram reunidos com o procurador-geral Carlos Guerra de Holanda, na sede da 5ª Circunscrição Ministerial, em Garanhuns, durante mais uma edição do Gabinete Itinerante. Na oportunidade, puderam apresentar as demandas administrativas do MPPE na região e participar de mais uma reunião

preparatória para a 9ª Reunião de Avaliação da Estratégia (Pré-RAEs). As demandas recebidas já foram encaminhadas aos órgãos da Administração Superior para apreciação e devidas providências.

Ainda nesse encontro, Carlos Guerra expôs questões administrativas em andamento e destacou a realização de estudos para viabili-

zar a contratação de estagiários de Direito e elevar o valor da bolsa de um salário mínimo para um salário mínimo e meio. A ideia é que cada promotor de Justiça possa contar com um desses estudantes para auxiliá-lo em seu gabinete.

Já na condição de coordenador do Planejamento Estratégico 2013-2016, Carlos Guerra conduziu a

reunião preparatória da RAE com o acompanhamento e monitoramento dos projetos finalísticos que estão rodando o Estado e informou os indicadores da atividade-fim da Instituição na 5ª Circunscrição. Em seguida, o coordenador do Caop-Meio Ambiente, André Felipe de Menezes, detalhou o andamento do projeto Lixo, quem se lixa?, destacando a adoção de um programa de educação ambiental e adesão feita por 123 dos 184 municípios pernambucanos.

Por sua vez, o líder estadual do projeto “Pacto dos municípios pela segurança”, Paulo Augusto de Freitas Oliveira, fez um balanço dos resultados obtidos pela iniciativa, que conta com a adesão de 65 municípios pernambucanos. Já o coordenador do Caop Fundações, Edson Guerra, defendeu a importância do projeto “Controle à vista”, que busca fortalecer as controladorias gerais dos municípios e saber se esses órgãos são integrados por servidores públicos municipais efetivos e conhecimentos de contabilidade, para que possam atuar com autonomia e independência.

Foto:AMCS



Em Garanhuns, mesa dos trabalhos comandada pelo procurador-geral Carlos Guerra de Holanda

IGARASSU

TAC para Conselhos

O prefeito de Igarassu, Mário Ricardo, firmou TAC comprometendo-se a regularizar a infraestrutura dos Conselhos Tutelares do município, de modo a proporcionar a estrutura necessária para que os conselheiros possam desempenhar suas funções em melhores condições. De acordo com a promotora Maria Lizandra Lira, foi apontada, nos autos do procedimento instaurado pelo MPPE, a insuficiência de condições adequadas ao funcionamento dos Conselhos Tutelares de Igarassu.

Ente as medidas a serem cumpridas está a destinação de veículo próprio para cada unidade do Conselho Tutelar, ou mantido à

disposição do órgão, em caráter permanente, um automóvel em perfeitas condições de segurança.

Foto:AMCS



Promotora Maria Lizandra

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Criando Espaços na Rede

O MPPE, por meio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e Juventude (Caop Infância e Juventude), promove, no dia 27 de abril, a partir das 8h, o 2º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes. O encontro será no auditório da sede das Promotorias de Olinda e abrangerá os municípios de Olinda, Abreu e Lima, Goiana, Igarassu, Araçoiaba, Itamaracá, Itapissuma e Paulista.

A reunião tem como público-alvo promotores de Justiça, conselheiros tutelares e representantes dos Conselhos de Direitos da Criança e do

Adolescente, Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, Secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Lazer dos municípios participantes. A ideia do encontro é permitir a troca de informações quanto às ações existentes de prevenção do consumo de drogas e atendimento em saúde mental de crianças e adolescentes; auxiliar os membros do MPPE no enfrentamento ao uso de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes, por meio da articulação para a promoção de ações que visem à prevenção do uso, à restrição da venda dessas substâncias, bem como a garantia do serviço ao usuário.

PRÉ-RAES

Gabinete Itinerante encerra ciclo

O procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra de Holanda, concluiu em Caruaru, no último dia 15, mais um ciclo de viagens do seu Gabinete Itinerante que levou às sedes das 14 Circunscrições Ministeriais as reuniões preparatórias para a 9ª Reunião de Avaliação da Estratégia (Pré-RAEs). Ao longo de quase um mês, o chefe do MPPE conversou com os promotores de todo o Estado, ouviu as demandas apresentadas pelos coordenadores de Circunscrição, que serão encaminhadas aos órgãos da Administração Superior para apreciação, e expôs questões administrativas em andamento.

Também nesses encontros, falou sobre a criação do Comitê de Segurança Institucional, a questão das entrâncias e as dificuldades orçamentárias que levaram o MPPE a adotar medidas de contenção de despesas. Nesse ponto específico, Carlos Guerra entregou a cada uma das Promotorias de Justiça os Relatórios de Custos que contêm demonstrações de despesas das Promotorias ao longo dos períodos. O Relatório será mensal e



Carlos Guerra reunido com promotores de Justiça em Caruaru durante mais uma edição do Gabinete Itinerante

norteará cada Promotoria sobre os seus custos, possibilitando uma tomada de decisões mais consciente por parte dos gestores a respeito dos gastos. Em um segundo momento, o MPPE vai disponibilizar esses relatórios às demais unidades, inclusive com detalhamentos de cada setor.

Ao conduzir a Pré-RAE em Caruaru, sede da 6ª Circunscri-

ção, Carlos Guerra acompanhou com os promotores de Justiça o monitoramento dos seis projetos finalísticos que receberam adesão na região e informou os indicadores da atividade-fim do MPPE no Agreste Setentrional. Em seguida, lembrou que os procuradores de Justiça que atuam junto à Primeira Câmara Regional do Tribunal de Justiça de Pernambuco, implanta-

da em Caruaru, vão contar com a infraestrutura de uma sala no Edifício Difusora.

Ainda em Caruaru, o coordenador do Caop-Meio Ambiente, André Felipe de Menezes, detalhou o andamento do projeto Lixo, quem, se lixa?, com a adoção de um programa de educação ambiental e adesão de 123 dos 184 municípios pernambucanos.

LAJEDO

Adequação de servidores

O prefeito de Lajedo, Rossine Blesmany, firmou TAC perante o Ministério Público de Pernambuco, comprometendo-se a adotar as medidas legais para adequação de seu quadro funcional à Constituição Federal e lançar, no prazo de 120 dias, edital de concurso público para provimento dos cargos efetivos. De acordo com a promotora Danielly da Silva Lopes, a partir das próprias informações prestadas pelo prefeito nos autos do inquérito civil, bem como levantamento efetuado pela Promotoria, foi constatado que o número de contratações tem-

porárias no Executivo de Lajedo é elevado, e diversas dessas contratações temporárias vigentes se destinam a atividades-fim.



Promotora Danielly Lopes

JABOATÃO DOS GUARARAPES

Nomeação de concursados

O MPPE, representado pela promotora Ana Luiza Figueiredo, recomendou ao prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Elias Gomes, ao procurador-geral do município, Henrique Andrade, e à Secretaria de Formação e Gestão de Pessoas do município que promovam, em 60 dias, a rescisão dos contratos temporários com servidores ocupantes de cargos na administração pública municipal para os quais existam candidatos aprovados, dentro ou fora das vagas, em concurso público realizado em 2015. No mesmo prazo, os habilitados no certame deverão ser nomeados pelo município para assumir os cargos deixados pela rescisão

dos contratos temporários. Após concluir essa medida, caso ainda restem cargos vagos no quadro do município, os candidatos remanescentes deverão ser convocados, respeitando-se a ordem de classificação, em número suficiente para ocupar os cargos.

Segundo Ana Luiza, chegou ao conhecimento do MPPE que a prefeitura vem realizando vários contratos temporários sem atendimento aos requisitos legais da excepcionalidade, brevidade e temporariedade. A promotora explica que a contratação temporária de agentes públicos configura preterição na ordem de nomeação de aprovados em concurso público.

Gravatá adere ao projeto do MPPE

Gravatá é o 65º município pernambucano a aderir ao Pacto dos Municípios pela Segurança Pública, projeto de iniciativa do MPPE. No último dia 18, durante audiência pública realizada no Salão do Júri do Fórum da cidade, o interventor estadual Mário Cavalcanti, o procurador-geral Carlos Guerra de Holanda e o líder do projeto no Estado, Paulo Augusto de Freitas, firmaram Termo de Cooperação Técnica visando à redução dos índices de violência na cidade, mediante a adoção de dez eixos de ações preventivas.

Ao assinar o documento, Carlos Guerra afirmou que “no momento delicado que o País atravessa, é fundamental unir forças para trabalhar a segurança pública em cada cidade”. Em seguida, enfatizou que “o Ministério Público buscou alternativas e o projeto não gera custos para as prefeituras na prevenção da violência”. Na sua avaliação, “Gravatá tem mostrado uma integração muito positiva com o projeto, pois

a cidade já desenvolve várias ações nesse sentido.

Por sua vez, Mário Cavalcanti destacou a importância da parceria entre os diferentes órgãos nas ações preventivas de segurança. “É com grande satisfação que assinamos esse Termo de Cooperação Técnica, por meio do qual assumimos o compromisso de intensificar as ações de combate à violência. Ide-

alizador do projeto, Paulo Augusto destacou “a iniciativa do MPPE de incluir os municípios nas ações de segurança pública, não só a Prefeitura, mas também a Câmara Municipal, as Polícias Civil e Militar, Guarda Municipal e a sociedade como um todo, para que, juntos, possamos iniciar essas ações preventivas”. Os promotores Fernanda Nóbrega e Rodrigo Chaves tam-

bém destacaram o projeto como uma iniciativa que tem tudo para dar certo.

Participaram do ato oito secretários municipais, representantes do Tribunal de Justiça, Conselho Tutelar, Comdica, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, Câmara Municipal, Associação Comercial de Gravatá e sociedade civil.



Carlos Guerra assina o Termo sob os olhares de Paulo Augusto, Rodrigo Chaves, Mário Cavalcanti e Fernanda Nóbrega

Foto:AMCS

BELO JARDIM

MPPE atento às eleições

Com a aproximação das eleições municipais de outubro, o MPPE está atento para evitar tentativas de interferência na isonomia do processo eletivo. Em Belo Jardim a promotora Sophia Wolfvitch expediu duas recomendações para que os agentes políticos cumpram a Lei Federal nº 9.504/97, a fim de garantir a lisura no pleito. A primeira recomendação é voltada ao prefeito João Mendonça, ao presidente da Câmara, Gilvandro de Oliveira, e aos demais agentes públicos ordenadores de despesas com publicidade dos poderes Executivo e Legislativo. Segundo a promotora,

os gestores não podem ordenar despesas publicitárias superiores à média do primeiro semestre dos três anos anteriores.

Foto:AMCS



Promotora Sophia Wolfvitch

IPOJUCA

Ex-vereadores condenados

Por unanimidade, o Tribunal de Justiça de Pernambuco deu provimento à apelação interposta pelo Ministério Público de Pernambuco na ação civil pública por improbidade administrativa promovida contra nove ex-vereadores do município de Ipojuca, por atuarem num esquema de loteamento de cargos temporários e comissionados na Prefeitura Municipal, em troca de apoio político dos vereadores ao prefeito.

Na oportunidade, o procurador de Justiça Cível convocado, Charles Hamilton Lima, fez sustentação oral do recurso do Ministério Público.

Os réus Amaro da Silva, Carlos Monteiro, Elias da Silva, Fernando Oliveira, Gilson Ribeiro, José Alves, Odimeres da Silva, Paulo Agostinho e Váler Pimentel foram condenados à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por três anos, pagamento de multa correspondente a 20 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, além de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo de três anos, conforme previsto nos artigos 11 e 12, inciso III, da Lei nº 8.429/92.

NAM

Roda de Diálogos Tecendo Redes

Foto:AMCS



Coordenadora do GT Racismo, Bernadete Figueiroa, fala durante Roda de Diálogos no Centro Cultural

Para proporcionar um momento de troca de experiências entre as instituições que compõem a rede de enfrentamento à violência de gênero e raça, possibilitando uma análise dos avanços e desafios vivenciados nas respectivas atividades, além de fomentar possíveis acordos interinstitucionais que fortaleçam

a rede de proteção à mulher em situação de violência, o MPPE promoveu, dia 31, a Roda de Diálogos Tecendo Redes: realidade, avanços e desafios da rede de enfrentamento à violência de gênero e raça em Pernambuco, no auditório do Centro Cultural Rossini Alves Couto.

No início do debate, a coor-

denadora do Núcleo de Apoio à Mulher (NAM), Maria de Fátima Ferreira, citou a realização de reunião da ONU, em 25 de setembro de 2015, a fim de ressaltar o compromisso mundial de adoção da Agenda pelo Desenvolvimento Sustentável 2030. Este documento reconhece que a igualdade de gêne-

ro, o empoderamento das mulheres e a eliminação da violência contra mulheres e meninas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

O subprocurador-geral em Assuntos Jurídicos, Clênio Valença, explanou sobre a história da legislação de proteção à mulher, além das estruturas criadas para atender as mulheres vítimas de violência. Por sua vez, a coordenadora do GT Racismo do MPPE, Bernadete Figueiroa, pontuou que as consequências da violência doméstica são profundas e algumas irreversíveis, por isso, a necessidade de se olhar para o problema, a fim de se buscar uma atuação mais integrada entre as instituições que compõem a rede de atendimento da mulher vítima de violência doméstica, além de entender a questão do recorte racial nessa discussão. A secretária Estadual da Mulher, Sílvia Cordeiro, destacou que as estatísticas apontam que as mulheres negras e em situação de pobreza são as maiores vítimas de violência em volume de casos, necessitando de medidas urgentes para essa população vulnerável.

ITAPETIM

Acessibilidade nas calçadas

Com o objetivo de promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, a promotora Lorena



Foto:AMCS

Promotora Lorena Santos

Santos recomendou ao prefeito de Itapetim, Arquimedes Machado, que adote as medidas necessárias para impedir imediatamente a ocupação irregular das calçadas, de modo a remover obstáculos e barreiras arquitetônicas ao acesso às vias públicas. De forma complementar, o MPPE também recomendou ao vice-prefeito e secretário municipal de Infraestrutura, Júnior Moreira, que não conceda alvarás de construção a prédios públicos e privados de uso coletivo que não observem as normas de acessibilidade, especialmente as da ABNT e o Código de Obras do Município.

ARCOVERDE

Ex-vereador é condenado

O Conselho de Sentença do Tribunal do Júri da Comarca de Arcoverde acolheu integralmente a tese do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e condenou a 16 anos de reclusão, pela prática de homicídio duplamente qualificado, o ex-vereador de Ibirimir Roni Jairo da Silva Rolim.

Ao final do julgamento, os jurados se convenceram de que o réu havia sido o mandante da morte do advogado Luiz Antônio Esteves de Brito, conhecido como Nenca Brito, assassinado a tiros no dia 3 de março de 2009. Conforme o promotor Hugo Eugênio Ferreira Gouveia, o réu,

em razão de uma multa eleitoral sofrida enquanto candidato à prefeitura de Ibirimir em 2008, cuja culpa ele atribuiu ao advogado, bem como a existência de uma dívida em relação aos serviços advocatícios, contratou outras duas pessoas para executar a vítima em frente ao seu escritório, situado no centro de Arcoverde. Além da acusação de homicídio, contra o réu pesaram as qualificações previstas nos incisos I (homicídio cometido mediante pagamento) e IV (homicídio à traição ou de emboscada, de modo a não permitir defesa à vítima) do artigo 121 do Código Penal.



MPPE livre do *Aedes*

Todos devem colaborar. Veja como você pode fazer sua parte.

O cuidado para manter os ambientes do MPPE livres do *Aedes aegypti* deve ser constante. Elaboramos esta lista com medidas que devem ser tomadas em cada prédio da Instituição para combater o transmissor da dengue, zika e chikungunya.

Colabore, converse com o administrador da sede sobre as ações de precaução e, se encontrar um possível foco, comunique-o imediatamente.

***O combate ao
Aedes é mais forte
com a participação
de todos.***

1. Verificar as bandejas dos bebedouros.
2. Verificar a bandeja das geladeiras.
3. Observar se a saída dos aparelhos de ar-condicionado acumula água no chão.
4. Observar se no jardim ou área externa da promotoria há copos descartáveis, sacos de lixo, ou outros objetos que acumulem água.
5. Verificar se as calhas dos telhados estão desobstruídas.
6. Checar se as tampas dos vasos sanitários são mantidas fechadas.
7. Verificar se no prédio existe alguma planta que possa acumular água (ex. bromélias).
8. Observar se caixas d'água e cisternas estão bem fechadas.
9. Verificar se há entupimento nos ralos da cozinha e banheiros. Se houver, solicitar de imediato o desentupimento. Se não estiver em uso, manter fechado.
10. Observar se baldes e vasos de planta são guardados virados para baixo, e eliminar os pratinhos dos vasos.
11. Checar se os bebedouros estão sendo bem lavados na hora da troca dos garrafões.